

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 2.988, DE 2015

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado ZÉ SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.988, de 2015, tem por objetivo instituir normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com base nos seguintes princípios: gestão sistemática de recursos hídricos, que considere os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses recursos; preservação e a recuperação das áreas protegidas, da biodiversidade e do solo; universalização e a integralidade na prestação de serviços de saneamento básico; e sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas da bacia, responsáveis pela geração de emprego e renda.

As ações relacionadas à revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco devem alinhar-se aos objetivos de aumentar a oferta hídrica; fomentar o uso racional de recursos hídricos; ampliar a área de cobertura vegetal de Unidades de Conservação da Natureza e de Áreas de Preservação Permanente associadas à preservação de recursos hídricos; expandir a prestação de serviços de saneamento básico; e promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.

São previstas inúmeras ações prioritárias, como o estabelecimento, a realização ou implantação de: modelagem hidrológica e de sedimentos da bacia; açudes e reservatórios; cisternas; metas de volume útil dos reservatórios, preservando-se o uso múltiplo; tratamento de efluentes; planos de recursos hídrico; fiscalização das outorgas de uso da água; fiscalização ambiental; pagamento por serviços ambientais; e assistência técnica e extensão rural.

Os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica, nos termos das Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei de Recursos Hídricos), e 12.651, de 25 de maio de 2012 (Lei Florestal), serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação de recursos hídricos. São definidas como áreas degradadas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) previstas na Lei Florestal que não disponham de cobertura vegetal ou de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração.

O Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e a ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Finalmente, os Estados inseridos na bacia devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender às demandas relacionadas a recursos hídricos.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das comissões. No âmbito da Comissão de Minas e Energia (CME), recebeu parecer pela aprovação, com duas emendas, as quais visam: 1) excluir os reservatórios destinados a uso energético do estabelecimento de metas de volume útil e 2) suprimir o art. 5º, que destina os recursos da cobrança pelo uso da água prioritariamente à recuperação de áreas degradadas na bacia.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

II - VOTO DO RELATOR

O São Francisco é, sem dúvida, o rio da integração nacional, estendendo-se pelos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), ele nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e percorre 2.700 km, atravessando, além de Minas, os Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A bacia abrange, ainda, o Distrito Federal e Goiás. São 639.219 km² de área de drenagem (7,5% do País) e vazão média de 2.850 m³/s (2% do total do País).

O São Francisco está vinculado à história do Brasil, desde os primórdios do processo de ocupação do nosso território. O rio serviu como porta de entrada para diversas expedições e bandeiras, favoreceu a penetração do gado no interior e o transporte de

mercadorias. No século XVIII, foi palco do ciclo do ouro e do diamante, na bacia do rio das Velhas, seu afluente mais extenso.

Atualmente, a área mais povoada encontra-se entre a Serra da Canastra e Pirapora, que inclui a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a bacia abrange 521 Municípios, que abrigavam 14,2 milhões de pessoas em 2010. Suas águas são utilizadas para abastecimento público; geração de energia, com potencial instalado de 10.500 MW; irrigação; transporte hidroviário e uso industrial.

Porém, apesar de sua importância econômica e social, a bacia tem sofrido processo intensivo de degradação ambiental, que compromete a sustentabilidade de seus recursos. De acordo com o Diagnóstico Analítico da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira, publicado pela ANA em 2003, foram identificados diversos problemas ambientais na região, quais sejam: desmatamento, especialmente das matas ciliares, e queimadas em grande escala; práticas não conservacionistas e ocupação inadequada do solo; lançamento de esgotos sem tratamento e resíduos sólidos sem destinação final adequada; uso indiscriminado de agrotóxicos e de fertilizantes; erosão e carreamento de sedimentos; assoreamento dos cursos d'água, com consequente prejuízo à navegabilidade; alteração do regime hídrico pela operação de barragens; desperdício de água; proliferação de "algas cabelo" no leito do Baixo São Francisco; pesca predatória; mineração sem controle; perfuração indiscriminada de poços; e degradação de lagoas marginais. Além disso, o estudo também apontava, entre outros problemas, pobreza aguda e miséria rural; falta de água para abastecimento de comunidades mais pobres do Semiárido; falta de integração de órgãos governamentais; falta de fiscalização; frágil educação ambiental e de conscientização da população ribeirinha.

A cobertura vegetal na bacia reduziu-se significativamente. De acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, em 2009, a cobertura remanescente da vegetação nativa nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica era de 56,7%, 38,5% e 3,2%, respectivamente. Ainda o mesmo documento aponta que a área desmatada na bacia era de 30.158.174 ha, correspondendo a 47% de sua área total. Da área total desmatada, 4,95% correspondia à Mata Atlântica, 39,35% à Caatinga e 55,7% ao Cerrado. Portanto, em 2009, quase metade da cobertura vegetal nativa da bacia havia sido retirada, principalmente no Cerrado.

Os impactos desse processo são extremamente graves, sobre a biodiversidade, os solos e os recursos hídricos. Destacam-se as consequências da remoção da

vegetação de Cerrado, pois, segundo Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Coordenador do Laboratório de Hidrometria da Embrapa Cerrados, esse bioma contribui com 94% da vazão hídrica da bacia do São Francisco. Saindo do Cerrado, o Velho Chico e seus afluentes atravessam a região semiárida da Caatinga, onde os rios são intermitentes. Assim, o desmatamento do Cerrado na bacia do São Francisco compromete gravemente a vazão hídrica e o abastecimento público de toda a já sofrida região semiárida.

Verifica-se que a revitalização da bacia do rio São Francisco – e, especialmente, a recuperação das nascentes que o abastecem – é medida de extrema urgência. Os impactos do uso dos recursos naturais sem os cuidados conservacionistas vêm sendo documentados há longa data.

Na verdade, a revitalização não é uma proposta nova. O Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi instituído pelo Decreto s/nº de 5 de junho de 2001, com os seguintes componentes:

- despoluição: tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos;
- conservação de solos: controle de erosão, estabelecimento de critérios de gestão de microbacias e de sistemas de reutilização de água e projetos de conservação de nascentes;
- convivência com a seca: garantia do abastecimento de água das populações urbanas e rurais dispersas, incluindo a implementação de cisternas rurais, barragens subterrâneas e sistemas simplificados de abastecimento de pequenas comunidades municipais;
- reflorestamento e recomposição de matas ciliares: manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas;
- gestão e monitoramento: fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na bacia do rio São Francisco, por meio de planos de estruturação da gestão, com a participação de organizações não-governamentais;

- gestão integrada dos resíduos sólidos: implementação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos na bacia, compreendendo o monitoramento, o controle, a coleta seletiva e a instalação de aterro sanitário e da usina de reciclagem e compostagem;
- educação ambiental: sensibilização e de mobilização social integradas, implementação de núcleos de educação ambiental e a capacitação de agentes multiplicadores; e
- unidades de conservação e preservação da biodiversidade: criação, conservação e manejo sustentável dos parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos.

Entretanto, esse Projeto não foi implantado. Enquanto presidente da Emater-MG nós fizemos um projeto em cada um dos municípios de Minas Gerais que está na Bacia do Rio São Francisco , que são 202, onde construímos, de forma participativa, um projeto de revitalização de bacia hidrográfica, que prevê práticas conservacionistas, de educação ambiental, com comunidades ribeirinhas, com as comunidades rurais, nas escolas, práticas conservacionistas mecânicas, como terraceamento, secamento de nascentes, recomposição de matas ciliares, construção de estradas de forma técnica, evitando causar erosão e esfoliamento, o projeto foi feito em parceria com a Agência Nacional das Águas, a Embrapa e a Codevasf. O resultado deste trabalho exitoso é que cada município tem uma sub-bacia conservada com educação ambiental.

Relatório das ações de monitoramento realizadas em 2015 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do Acórdão 1457/2012-TCU-Plenário, referente à Auditoria de Natureza Operacional realizada com o objetivo de avaliar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PRSF, com foco nas ações de recuperação e controle de processos erosivos, mostraram que as ações previstas no Acórdão não foram devidamente cumpridas pelos órgãos federais. Houve baixo volume de investimentos na revitalização, insuficientes para reverter o quadro de degradação da bacia. O documento aponta que “existem indícios de que a vazão do rio São Francisco e de seus afluentes, pode estar sendo reduzida, entre outros motivos, pelos processos erosivos que têm provocado o assoreamento do rio e o rebaixamento do lençol freático”.

O Decreto de 5/6/2001 foi recentemente revogado pelo Decreto 8.834, de 9 de agosto de 2016, que cria o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), institui seu Comitê Gestor e a Câmara Técnica do Programa. Segundo o novo Decreto, o PRSF objetiva “promover a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, por meio de ações permanentes e integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos” (art. 1º). Diferentemente do decreto anterior, o novo documento legal não estabelece componentes ou ações prioritárias a serem desenvolvidas.

Sendo assim, o Projeto de Lei nº 2.988/2015, se aprovado, trará grande contribuição para a implantação do PRSF, pois estabelece princípios, objetivos, ações prioritárias a serem desenvolvidas no âmbito da revitalização da bacia do rio São Francisco. Conforme indicado no art. 1º da proposição, ela “institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco”, encaminhando, portanto, a atuação do Poder Executivo na implantação do PRSF.

Ocorre que, embora a situação do São Francisco seja dramática e exija soluções rápidas de recuperação, a situação das demais bacias hidrográficas brasileiras também é preocupante. Estudo publicado em 2015, pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, intitulado “Instrumentos de Gestão das Águas”, afirma que:

“Quem tem a oportunidade de observar os rios, ribeirões, córregos, lagoas e outros corpos d’água existentes no País, seja nas zonas urbanas, seja na área rural, percebe que a situação desses mananciais, fora da região amazônica, não é das melhores. Intuitivamente, deduz-se que as ações de gestão dos recursos hídricos ainda não foram suficientes para solucionar a crescente degradação das águas brasileiras, dezoito anos após a promulgação da Lei nº 9.433/1997 [...]

A atual situação do meio ambiente na maior parte do Brasil decorre do mau uso dos recursos naturais, incluindo as águas, promovido pelas diversas atividades produtivas e pela própria vida urbana e rural durante séculos. Nesse período, pouco se fez para inibir a degradação, a não ser iniciativas mais recentes, após o advento da legislação ambiental e, no caso específico, da relativa aos recursos hídricos. Desse quadro de pouca preocupação com a sanidade ambiental resultaram bacias hidrográficas poluídas, em maior ou menor grau, por terem recebido – e ainda receberem – contínuas cargas de

contaminantes, principalmente os esgotos urbanos, além de efluentes das atividades industriais, agropecuárias e de extração mineral, entre outras.

.....

O que ocorre é que os cursos d'água são um espelho de tudo o que se passa na bacia hidrográfica, que constitui um ente sistêmico de interação das águas com os elementos dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, incluindo, portanto, tanto os elementos naturais quanto as atividades humanas ali existentes. Fisicamente, a bacia hidrográfica é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento hídrico, em geral, para um único ponto de saída. Assim, ela se compõe de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar num leito único no seu exutório. Daí, tudo o que neste ocorre é consequência das características naturais da bacia, das formas de ocupação do território e da utilização das águas que para ali convergem (PORTO & PORTO, 2008).

Essa relação direta é bastante evidente, por exemplo, no caso das matas ciliares, que protegem as nascentes e as margens dos cursos d'água de forma semelhante à que os cílios protegem os olhos. [...] Sem as matas ciliares, eles recebem diretamente os sedimentos, agroquímicos e todo o tipo de detritos, podendo levar, em casos extremos, até o soterramento ou a contaminação de nascentes. De forma contrária, a revegetação das áreas de recarga da bacia propicia a infiltração das águas pluviais no subsolo, contribuindo para o equilíbrio hídrico, com a atenuação das cheias e a manutenção do fluxo-base dos cursos d'água nas épocas de estio.

.....

Nas áreas urbanas brasileiras, a situação não é melhor. A crescente impermeabilização do solo e a canalização dos cursos d'água provocam maior escoamento superficial das águas pluviais e sua menor infiltração no subsolo, reduzindo as interações das águas superficiais e subterrâneas e rompendo os mecanismos de atenuação de cheias e secas estabelecidos pela natureza. Concomitantemente, áreas de risco – encostas íngremes, planícies aluviais etc. – são ocupadas por população de baixa renda, daí podendo advir situações catastróficas, que afetam milhares de pessoas todos os anos no País. Além dessa face mais evidente e dramática, a poluição hídrica corrói, lentamente, a saúde dos brasileiros, estimando-se que cerca de 70% das doenças humanas sejam causadas por veiculação hídrica. ” (págs. 27-29).

Assim, a degradação ambiental das bacias hidrográficas não é exclusiva do São Francisco, embora neste rio o processo tenha chegado a níveis alarmantes. A ocupação do território brasileiro é marcada por desmatamento e poluição, perda de biodiversidade, erosão dos solos, assoreamento, contaminação e comprometimento dos corpos hídricos.

Segundo a ANA, a região hidrográfica do Paraná, por exemplo, abrangia, 61,3 milhões de habitantes em 2010, incluindo-se a Região Metropolitana de São Paulo. Com o crescimento dos grandes centros urbanos da região sobre rios de cabeceira, houve aumento da demanda por recursos hídricos e da poluição hídrica. Os biomas Mata Atlântica e Cerrado, que cobriam originalmente a região, foram extensivamente desmatados. Consequentemente, a região sofre grande pressão sobre os recursos hídricos. Na seca dos anos 2014-2015, o Estado de São Paulo padeceu com a crise hídrica no Sistema Cantareira.

Por sua vez, a bacia do Alto Paraguai, onde se localiza o Pantanal Matogrossense, designado patrimônio nacional pela Constituição Federal (art. 225, § 4º), encontra-se bastante antropizada, segundo a Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (2015), da ANA. Nas áreas de planalto da bacia, a produção agropecuária e de carvão e lenha acarretaram o desmatamento de 60% da cobertura de Cerrado, bem como a poluição dos solos e da água por agrotóxicos e fertilizantes. A situação é mais dramática na bacia do rio Taquari, afluente do Paraguai. Os processos de erosão e assoreamento causados pelo desmatamento e mau uso do solo têm sérias implicações sobre o regime das águas no Pantanal.

Segundo Júlio Kettelhut, do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente, são problemas comuns das bacias hidrográficas brasileiras, entre outros: conflitos pelo uso da água; poluição da água e ausência de saneamento; desmatamento; manejo inadequado do solo; redução da biodiversidade; erosão e assoreamento dos rios; e escassez de água em termos de quantidade e/ou qualidade. A revitalização das bacias hidrográficas, segundo o autor, envolve recuperação de áreas degradadas; preservação de nascentes; controle de processos erosivos; conservação da água e do solo; educação ambiental; controle de queimadas; elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico; promoção do turismo sustentável; implantação de parques fluviais; e monitoramento da biodiversidade da flora e fauna nativas.

Destarte, tendo em vista que inúmeras bacias brasileiras se encontram em avançado estágio de degradação e que o Projeto de Lei 2.988/2015 visa estabelecer normas gerais de revitalização, consideramos que ele não deve se restringir ao São Francisco. Projetos

de revitalização de bacias hidrográficas devem estender-se pelo Brasil e as regras estabelecidas na proposição devem aplicar-se a todos os projetos. Propomos, portanto, que as normas previstas sejam ampliadas, por meio de alteração à Lei de Recursos Hídricos, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

Além disso, consideramos que o Projeto de Lei nº 2.988/2015 merece ser aperfeiçoado, para dar mais clareza ao que constitui princípios, objetivos e ações prioritárias de revitalização de bacias. Há medidas muito específicas, como construção de açudes e perfuração de poços, cuja conveniência deve ser analisada caso a caso e encaminhada por medidas infralegais. Há outras já previstas na Lei de Recursos Hídricos, como elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e a fiscalização das outorgas de água, que devem ser excluídas.

Ao mesmo tempo, consideramos que devem ser incluídas medidas não previstas na proposição, como combate ao desmatamento; monitoramento da cobertura vegetal nativa; despoluição hídrica e monitoramento da qualidade e da quantidade das águas; fomento às práticas conservacionistas do solo; promoção de uma política de convivência com a seca, para a região do Semiárido Nordeste; educação ambiental e extensão e assistência rural.

Em relação às Emendas da CME, entendemos que a Emenda nº 1 não deve prosperar. Ela objetiva excluir os reservatórios para uso energético do estabelecimento de metas de volume útil que preservem os usos múltiplos e prioritários de recursos hídricos. Entendemos que essa medida é desnecessária, tanto para os reservatórios de uso energético, quanto àqueles destinados a outros fins.

A ANA já determina a descarga mínima dos reservatórios das hidrelétricas da bacia, conforme fixado no artigo 4º da Lei nº 9.984, de 2000:

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

.....

XII – definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas;

Portanto, definir condições de operação dos reservatórios de modo a garantir o seu uso múltiplo já é atribuição legal da ANA. Ressalte-se que essa garantia é um dos princípios basilares da Lei nº 9.433/1997, que estabelece, entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, o de que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (art. 1º, IV). Além disso, a outorga de uso dos recursos hídricos deve preservar o seu uso múltiplo (art. 13, parágrafo único). Entre os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, destaca-se “a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável” (art. 2º, II). Por essa razão, julgamos desnecessário repetir esse comando na nova proposição.

Por sua vez, a Emenda nº 2 da CME visa suprimir o art. 5º, que destina os recursos da cobrança pelo uso da água prioritariamente à recuperação de áreas degradadas na bacia. O art. 21, da Lei de Recursos Hídricos, determina que os valores arrecadados com a cobrança sejam aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e utilizados: no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; e no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, neste item limitado a 7,5% do total arrecadado.

No caso da bacia do rio São Francisco, o Plano de Recursos Hídricos 2016-2025 incluiu, entre suas metas, as de reduzir pela metade as taxas de desmatamento atuais; delimitar uma “rede verde” na bacia, que inclua áreas de conservação e corredores ecológicos; e implantar e replicar projetos-piloto de recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e nascentes, tudo até 2025.

Entendemos que metas de recuperação de áreas degradadas baseadas em projetos-piloto são modestas, se considerarmos a gravidade da situação. A atuação do Poder Público e da sociedade em geral deve ser mais célere no combate ao desmatamento e na recuperação da vegetação nativa nas nascentes, matas ciliares e demais áreas de recarga de aquíferos.

Entretanto, concordamos com a CME, que vincular os recursos da cobrança a essas ações não seja o melhor caminho, ainda mais porque eles não representam volume capaz de reverter o estado de degradação da bacia.

Assim, consideramos essencial que sejam definidas metas de recuperação de áreas degradadas para as bacias hidrográficas, mas isso deve ser feito no Plano de Recursos

Hídricos. Sob essa perspectiva, manifestamo-nos favoráveis à Emenda nº 2 da CME, que exclui o art. 5º da proposição, mas propomos alteração ao art. 7º da Lei nº 9.433/1997, inserindo tais metas no conteúdo do Plano de Recursos Hídricos.

Em vistas desses argumentos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.988, de 2015, na forma do Substitutivo anexo; pela rejeição da Emendas nº 1 da Comissão de Minas e Energia e pela aprovação da Emenda nº 2, da mesma Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado Zé Silva
Relator

2017-9892

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.988, DE 2015

Altera a Lei nº 9.433, de 1997 (Lei de Recursos Hídricos), para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – a Lei de Recursos Hídricos –, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

Art. 2º Os arts. 2º, 5º, 7º e 38 da Lei nº 9.433, de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

IV – o fomento à conservação do solo, da cobertura vegetal nativa e da água nas bacias hidrográficas. (NR)

Art. 5º

.....

VII – os projetos de revitalização de bacias hidrográficas. (NR)

Art. 7º

.....

IV - metas de racionalização de uso, recuperação de áreas degradadas e aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

.....

.....

XI – diretrizes e critérios para a revitalização de bacias hidrográficas, quando for o caso. (NR)

Art. 38.

X – acompanhar a execução de projetos de revitalização de bacias hidrográficas. (NR)

Art. 3º Acrescente-se a seguinte Seção VII ao Capítulo IV do Título I da Lei nº 9.433, de 1997:

CAPÍTULO IV

SEÇÃO VII

DA REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Art. 27-A. A revitalização de bacias hidrográficas compreende o conjunto de ações integradas, destinadas a promover a recuperação da cobertura vegetal nativa, do solo, dos recursos hídricos e das condições socioeconômicas de bacia em situação de vulnerabilidade ambiental.

§ 1º A revitalização de bacias hidrográficas tem por objetivo combater o processo de degradação dos recursos naturais e aumentar a oferta hídrica e a qualidade das águas da bacia.

§ 2º O projeto de revitalização de bacias hidrográficas será elaborado por órgão público integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e implantado em coordenação com as agências de água e os órgãos públicos setoriais, nas suas respectivas áreas de atuação.

§ 3º Constituem ações prioritárias do projeto de revitalização de bacias hidrográficas:

I – elaboração e implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico;

II – combate ao desmatamento, recuperação de terras degradadas e ampliação da área de cobertura vegetal nativa na bacia;

III – criação e implantação de unidades de conservação da natureza, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000;

IV – universalização dos serviços de saneamento básico;

V – fomento ao reuso da água, em atividades urbanas e rurais;

VI – controle do uso de agrotóxicos e outros poluentes do solo e da água;

VII – monitoramento da cobertura vegetal nativa e da qualidade e quantidade das águas;

VIII – assistência técnica e extensão rural, com foco em conservação ambiental, manejo sustentável dos solos, métodos eficientes de irrigação, estruturas para infiltração da água de chuva e recuperação de áreas degradadas; e

IX – fomento à sustentabilidade socioambiental das atividades econômicas desenvolvidas na bacia.

§ 4º Os projetos de revitalização de bacias hidrográficas implantados no Semiárido Nordeste devem promover o uso dos recursos hídricos por meio de tecnologias adaptadas à seca.

Art. 27-B. Compete aos órgãos públicos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos identificar as bacias em estado de vulnerabilidade ambiental onde devem ser implantados projetos de revitalização, nos termos do art. 27-A.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ZÉ SILVA
Relator



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ACESSO A ÁGUA
Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas

Nota Técnica nº 50530/2017-MMA

PROCESSO Nº 02000.000443/2015-11

INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR

1. ASSUNTO

1.1. Análise Técnica do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 08612015, convertido no Projeto de Lei nº 2.988/2015.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, D.O.U. de 9/1/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

2.2. Instrução Normativa nº 1, de 15/02/2012, da SRI/Presidência da República - Estabelece normas e procedimentos para o envio de informações e pareceres pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal acerca de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

2.3. Decreto nº 8.834, de 09 de agosto de 2016, que dispõe sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

2.4. Processo nº 02000.000443/2015-11 - Projeto de Lei do Senado nº 086/2015.

2.5. Nota Técnica nº 05/2015/DRB/SRHU, de 25 de agosto de 2015 – analisou o Projeto de Lei nº 086/2015 e se posiciona de forma favorável com ressalvas.

2.6. Nota Técnica nº 13/2016/DRB/SRHU, de 23 de maio de 2016 – analisou o Projeto de Lei nº 086/2015, atual (PL 2988/2015) e se posiciona de forma favorável com ressalvas.

2.7. Memorando nº 50741/2017-MMA-ASPAR, de 04 de agosto de 2017 – PLS 86/2015 (PL 2988/2015) e Substitutivo.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 86/2015 (PL nº 2988/2015), de autoria do Deputado Zé Silva, relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que altera a Lei nº 9.433/1997, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

4. ANÁLISE

4.1. A presente Nota Técnica trata da análise da emenda substitutiva ao Projeto de Lei (PL) do Senado nº 86/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, atual PLS nº 288/2015, que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. A análise feita visa atender a Instrução Normativa nº 1, de 15/02/2012, da SRI/Presidência da República, com o objetivo de identificar os dispositivos do referido Projeto de Lei - PL que são pertinentes ao Departamento de

4.2. A referida proposição ao invés de substituir apenas algumas partes da proposição principal, substitui seu texto integralmente por outro, alterando a proposição em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 86/2015 (PL 2.988/2015), de 13/03/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

4.3. O Projeto de Lei original foi submetido à análise da Agência Nacional de Águas – ANA, por intermédio da Nota Técnica nº 11/2015/COIMP, em 20/04/2015, fls 5-7, *que se manifesta favorável à aprovação da proposição* e do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRB/SRHU, de 25/08/2015, fls.14-19 que se posiciona de maneira favorável com sugestões e ressalvas, *considerando, dentre outras razões, a necessidade de institucionalização do Programa de Revitalização e de adoção de medidas integradas e que sejam discutidas conjuntamente com os parceiros que atuam na revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.*

4.4. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF/MMA, se posiciona em 06/01/2016, favorável à aprovação do Projeto de Lei, por intermédio da Nota Técnica nº 02/2016/GCEco/DEco/SBF/MMA, fls. 24-26. A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, ao analisar a matéria propõe duas emendas: a retificação do inciso III do art. 4º e a supressão do art. 5º do PLS 86/2015. A Agência Nacional de Águas - ANA por intermédio da Nota Técnica nº 05/2016/COIMP/SIP, de 20/04/2017, apresenta concordância quanto ao texto final apresentado pelo Relator, Deputado Rodrigo de Castro da Comissão de Minas e Energia (CME), com as Emendas nº 1 e 2, pertinentes para melhor detalhamento e definição de responsabilidades.

4.5. A proposta com suas respectivas emendas é apreciada novamente pelo Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas – DRB/SRHU, expresso na Nota Técnica nº 13/2016/DRB/SRHU/MMA, de 23/05/2016 fls. 40-42, de 23/05/2016 e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, por intermédio da Nota Técnica n 42/2016/GCEco/DEco/SBF/MMA, de 05/06/2016, fls. 46-48. Ambas análises técnicas manifestam-se favoravelmente às emendas propostas ao PLS 86/15, com ressalvas, tendo em vista seu objetivo de contribuir para fortalecer as ações de revitalização na Bacia do do Rio São Francisco. A Consultoria Jurídica do MMA, emitiu Parecer nº 00116/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU, em 02/08/2016, fls. 51-52 e opinou pela inexistência de óbice jurídico ao Projeto de Lei.

4.6. Em reunião Extraordinária de 05/07/2017, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) coloca em votação e aprova o relatório do relator Deputado Zé Silva, pela rejeição das emendas propostas pela Comissão de Minas e Energia e sugere um substitutivo à proposta introduzindo mudanças a ponto de alterar integralmente o Projeto originalmente proposto, ao invés de substituir apenas algumas partes da proposição principal, substituir seu texto integralmente por outro, alterando a proposição em seu conjunto.

4.7. Com a aprovação do relatório pela CMADS o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2988/2015, tem o seguinte objetivo alterar a Lei nº 9433, de 1997 (Lei de Recursos Hídricos), para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos. Os Artigos 2º, 5º, 7º e 38 da Lei nº 9.433, de 1997, passariam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

...

IV - o fomento à conservação do solo, da cobertura vegetal nativa e da água nas bacias hidrográficas.

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

....

VII - os projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

...

IV - metas de racionalização de uso, recuperação de áreas degradadas e aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis.

XI – diretrizes e critérios para a revitalização de bacias hidrográficas, quando for o caso.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

...

II- na recuperação de Áreas de Preservação Permanente, nos termos da legislação florestal, em projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

...

X – acompanhar a execução de projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Art. 3º Acrescente -se a seguinte Seção VII ao Capítulo IV do Título I da Lei nº 9.433, de 1997:

CAPÍTULO IV

SEÇÃO VII

DA REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Art. 27 - A. A revitalização de bacias hidrográficas compreende o conjunto de ações integradas, destinadas a promover a recuperação da cobertura vegetal nativa, do solo, dos recursos hídricos e das condições socioeconômicas de bacia em situação de vulnerabilidade ambiental.

§ 1º A revitalização de bacias hidrográficas tem por objetivo combater o processo de degradação dos recursos naturais e aumentar a oferta hídrica e a qualidade das águas da bacia. § 2º O projeto de revitalização de bacias hidrográficas será elaborado por órgão público integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e implantado em coordenação com as agências de água e os órgãos públicos setoriais, nas suas respectivas áreas de atuação. § 3º Constituem ações prioritárias do projeto de revitalização de bacias hidrográficas. I – elaboração e implantação do Zoneamento Ecológico -Econômico; II – combate ao desmatamento, recuperação de terras degradadas e ampliação da área de cobertura vegetal nativa na bacia; III – criação e implantação de unidades de conservação da natureza, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000; IV – universalização dos serviços de saneamento básico; V – fomento ao reuso da água, em atividades urbanas e rurais; VI – controle do uso de agrotóxicos e outros poluentes do solo e da água; VII – monitoramento da cobertura vegetal nativa e da qualidade e quantidade das águas;"

4.8. A justificativa apresentada pela apresentação do substitutivo, destaca que *tendo em vista que inúmeras bacias brasileiras se encontram em avançado estágio de degradação e que o Projeto de Lei 2.988/2015 visa estabelecer normas gerais de revitalização, consideramos que ele não deve se restringir ao São Francisco, e que projetos de revitalização de bacias hidrográficas devem estender-se pelo Brasil e as regras estabelecidas na proposição devem aplicar-se a todos os projetos. Destarte, propomos que as normas previstas sejam ampliadas, por meio de alteração à Lei de Recursos Hídricos, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.*

4.9. A Agência Nacional de Águas - ANA , em análise ao substitutivo apresentou manifestações de três áreas técnicas: Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS, por meio da Nota Técnica nº 01 /201 7/SAS (Doc. Próton nº 37671/2017); Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE, por meio da Nota Técnica nº 08/2017ICORSH/SOE (Doc. Próton nº 39127/2017) e Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, Parecer Técnico PL nº 2/2017/SPR (Doc. Próton 43065/2017), expressando posicionamento favorável ao mérito da proposta original, sugerindo, no entanto, uma revisão quanto à forma do normativo, que tem por objetivo o fortalecimento das ações de revitalização de bacias hidrográficas, uma vez que não se considera adequada a inclusão de projeto de revitalização como um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

4.10. Manifestamos também concordância em relação à posição da Agência Nacional de Águas. Resgata-se que dentre as atribuições do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água – DRBA/SRHQ/MMA, destaca-se a de propor a formulação de políticas,

normas e diretrizes e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com a revitalização de bacias hidrográficas e o acesso à água (Decreto nº 8975/2017), por intermédio da implementação do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas – PRBH e do Programa Água Doce – PAD, respectivamente.

4.11. O Programa de Revitalização visa promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental, concebidas e executadas nas bacias hidrográficas de forma articulada e participativa, que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos.

4.12. No plano normativo destaca-se a edição do Decreto nº 8.834, de 9 de agosto de 2016, que reestabeleceu o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF e atualizou a estrutura de governança do Programa. Em seu Art. 2º estabelece que o PRSF *tem como diretrizes básicas a articulação, a integração, a participação e o controle social, em conformidade com os fundamentos estabelecidos pela Política Nacional de Meio Ambiente e pela Política Nacional de Recursos Hídricos, de forma a promover a integração entre as duas políticas, tendo a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como unidade de planejamento e gestão.*

4.13. Na ocasião da assinatura do referido Decreto no Palácio do Planalto, foi lançado o Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco - *Plano Novo Chico*, como uma carteira de investimento do Governo Federal contendo ações estruturantes para revitalização da bacia do Rio São Francisco num horizonte de 10 (dez) anos. As linhas de ação do Plano Novo Chico foram anunciadas, guardando coerência com a estrutura técnico-temática que fundamenta a atuação das ações de revitalização de bacias hidrográficas do MMA, a saber: a) Planejamento e monitoramento; b) Gestão ambiental e educação ambiental; c) Proteção e uso sustentável dos recursos naturais; d) Saneamento e obras hídricas; e) Economia sustentável.

4.14. Portanto, as ações do Programa de Revitalização e suas interfaces centra-se em um processo de gestão ambiental integrada objetivando a promoção de um permanente processo de articulação intersetorial e interinstitucional para que haja convergência entre as políticas nas bacias hidrográficas, sobretudo aquelas voltadas à conservação, recuperação, uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a água, e saneamento.

4.15. Do ponto de vista institucional, a Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei das Águas, instituída pela Lei. 9.433/97 criou instrumentos para a gestão dos recursos hídricos no Brasil e determinou, entre outras coisas, que a unidade de gestão dos recursos hídricos no Brasil é a Bacia Hidrográfica. Entre as diretrizes fixadas pela Lei das Águas, artigo 3º consta a preocupação de que seja articulada a gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental e com as diversas políticas setoriais.

4.16. Chama-se atenção que há uma interação contínua entre os diversos elementos – naturais ou antrópicos – existentes nessa unidade territorial, sendo necessária, portanto, não só a consideração das diversidades ecossistêmicas, como também uma maior integração entre os diferentes setores econômicos e entre os três níveis da Federação – União, estados e municípios, além do Distrito Federal. Situa-se aí, uma das maiores dificuldades enfrentadas na gestão dos recursos hídricos.

4.17. Com relação aos instrumentos de gestão de recursos hídricos (planos de recursos hídricos, enquadramento dos corpos d'água, outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, compensação a municípios e sistemas de informações), há evoluções que são necessárias, sem necessidade de alterar a legislação, recorrendo-se a instrumentos já existentes, a outras legislações e à práticas. A perspectiva é que os princípios, as diretrizes e os objetivos da PNRH são fundamentalmente bem conceituados e pertinentes.

4.18. Ressalta-se que considerar déficit de implementação da política não quer dizer,

necessariamente, problemas de regulamentação. Muito se pode avançar reforçando os princípios de compatibilização das políticas, da gestão descentralizada e da participação na tomada de decisão, aperfeiçoando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh e articulando-o na prática com o Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama.

4.19. O substitutivo sugere ainda a inclusão da seção VII que tratará especificamente do instrumento de revitalização de bacias hidrográficas, expressando no inciso 3º que *constituem ações prioritárias do projeto de revitalização de bacias hidrográficas*. Para embasar a análise correlacionamos abaixo, as ações previstas com seus respectivos marcos legais:

I – elaboração e implantação do Zoneamento Ecológico -Econômico - instrumento previsto na Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6938/1981,

II –combate ao desmatamento, recuperação de terras degradadas e ampliação da área de cobertura vegetal nativa na bacia - diretrizes previstas na Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Lei nº 8.972/2017, ações previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado e na Amazônia - PPCDAM, sendo a recuperação de áreas degradadas um dos princípios elencados no art. 2º da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6938/1981;

III – criação e implantação de unidades de conservação da natureza, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000 - objetivo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei nº 9.985, de 2000 , vinculado à Política Nacional de Meio Ambiente;

IV – universalização dos serviços de saneamento básico - meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) para implementação das diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico - Lei 11.445/07;

V – fomento ao reuso da água, em atividades urbanas e rurais - diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico - Lei 11445/2007;

VI – controle do uso de agrotóxicos e outros poluentes do solo e da água - um dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente;

VII – monitoramento da cobertura vegetal nativa e da qualidade e quantidade das águas - monitoramento da cobertura vegetal ações previstas no Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros - Portaria MMA nº 365 de 27/2015 e da água competência da ANA e dos órgãos estaduais de recursos hídricos;

VIII - estabelecimento de metas de operação e manutenção do volume útil dos reservatórios, com base na série histórica, na medição dos dados e na previsão das condições meteorológicas, de modo a preservar os usos múltiplos e prioritários de recursos hídrico - competência da ANA, conforme expresso nas Notas Técnicas nº 01 /2017/SAS, de 20/06/2017, fls. 71-73 e Nota Técnica nº 08/2017/ICORSH/SOE, de 23/06/2017, fls. 74-76.

IX - assistência técnica e extensão rural, com foco em conservação ambiental, manejo sustentável dos solos, métodos eficientes de irrigação, estruturas para infiltração da água de chuva e recuperação de áreas degradadas - competência da Empresa de Assistência Técnica - EMATER;

X - fomento à sustentabilidade socioambiental das atividades econômicas desenvolvidas na bacia - competência da CODEVASF.

4.20. Além dessas ações prioritárias, outras normas que também afetam a revitalização são o Novo Código Florestal - Lei nº 12.651/2012, Política Nacional sobre a Mudança do Clima, Política Nacional de Combate à Desertificação, Política de Educação Ambiental e Política de Resíduos Sólidos,

por exemplo, cada qual com maior ou menor influência sobre os recursos hídricos. Esse conjunto de normas demonstra, uma vez mais, a transversalidade do tema e a impossibilidade de a Lei das Águas, por si só, dar conta de todos os aspectos e ações associadas ao processo de revitalização de uma bacia hidrográfica.

4.21. Complementarmente, é inquestionável conforme apresentado na justificativa do substitutivo de que são necessárias ações mais vigorosas de reflorestamento das áreas degradadas e das ambientalmente sensíveis, em especial as Áreas de Preservação Permanente - APPs e áreas de recarga de aquíferos, que têm relação direta com a proteção de nascentes e dos cursos d'água. Para efetivá-las, deve-se lançar mão de recursos tanto públicos quanto privados, utilizando os regramentos legais existentes investindo-se, por exemplo, em programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) voltados às comunidades tradicionais e aos pequenos proprietários de terras que se disponham a proteger e a restaurar esses ambientes.

4.22. Quanto a propositura de considerar no arcabouço legal normativo do país, o tema revitalização de bacias hidrográficas, consideramos que apesar do mérito e do momento oportuno de se colocar em discussão em um cenário de crise hídrica, mudança climática e degradação ambiental dos rios brasileiros, é importante observar que revitalização de bacias hidrográficas não se enquadraria adequadamente na legislação como instrumento do gerenciamento de recursos hídricos. A revitalização de bacias, no entanto, tem relação direta com o uso do solo, com a vegetação, biodiversidade, clima, educação ambiental configurando-se com uma política de gestão ambiental mais abrangente que a relativa aos recursos hídrico *strictu sensu*.

4.23. Por esta razão, a institucionalização de uma política pública direcionada à revitalização de bacias hidrográficas do país, com seus princípios, diretrizes, objetivos e normas, como categoria específica a receber tratamento legislativo especial, parece atender, com mais adequação aos imperativos da gestão ambiental mais efetiva.

4.24. Convém mencionar que fruto do amadurecimento da implementação da Política de Recursos Hídricos ao completar 20 anos de promulgação da legislação, estão sendo discutidas propostas de aperfeiçoamento à lei, as quais essa proposta de substitutivo poderia se alinhar.

4.25. Citam-se, por exemplo, a quinta edição da série Estudos Estratégicos, lançada em 2015, fruto dos debates conduzidos pelos Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados - CEDES sob o título "Instrumentos de Gestão das Águas, que reforça vários instrumentos já previstos na própria Lei nº 9.433/1997, trazendo ao final do estudo, duas proposições legislativas: um Projeto de Lei contendo algumas das várias sugestões – apenas as que se mostraram mais viáveis, jurídica e tecnicamente – de modificações pontuais na citada lei; e o Projeto Legado da ANA que vai oferecer um consolidado de sugestões encaminhadas pela sociedade que poderão ser utilizadas como referência para o aprimoramento da Lei no Congresso Nacional. O projeto identifica grandes temas e questões -chave, como a integração com a Política de Meio Ambiente e com as políticas setoriais. O documento será aprimorado ao longo de 2017 a partir de reuniões temáticas com setores relevantes para a gestão de águas, e serão concluídos em novembro deste ano com a realização de um grande seminário, que definirá o documento final do Projeto Legado, a ser apresentado no 8º Fórum Mundial da Água em Brasília/DF, em março de 2018, quando serão discutidas as estratégias para a sua implementação.

4.26. Acrescenta-se ainda, que conforme previsto na Lei nº 9433/97, artigo 38, compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH/MMA: ...V. *analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos e VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*, motivo pelo qual sugerimos que a proposta de alteração da lei, em análise, seja remetida para análise do CNRH/MMA.

5. CONCLUSÃO

5.1. Baseado nas informações descritas no item 4 desta Nota, esta área técnica sugere que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos seja consultado, a fim de analisar tecnicamente a matéria e manifesta-se de maneira desfavorável à iniciativa do substituto ao Projeto de Lei nº 86/2015 (PLS 2988/2015), de alteração da Lei das Águas, com a inclusão da revitalização de bacias hidrográficas, considerando, dentre outras razões, o escopo ambiental mais abrangente das ações do Programa de Revitalização, se apresentando como alternativa prática de integração entre gestão ambiental e gestão de recursos hídricos, de maneira a integrar as diversas agendas e iniciativas nos territórios definidos pelas bacias hidrográficas.

À consideração superior,

LARISSA ALVES DA SILVA ROSA
Analista Ambiental

De acordo. À consideração do Diretor de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água.

HENRIQUE PINHEIRO VEIGA
Coordenador-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas

De acordo. À consideração do Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental.

RENATO SARAIVA FERREIRA
Diretor de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água

De acordo. Para os devidos encaminhamentos

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Alves da Silva Rosa, Analista Ambiental**, em 31/08/2017, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Pinheiro Veiga, Coordenador(a)**, em 01/09/2017, às 06:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor**, em 01/09/2017, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jair Vieira Tannús Júnior, Secretário(a)**, em 05/09/2017, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040256** e o código CRC **A3C7F2FE**.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE
DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS

Nota Técnica nº 51205/2017-MMA

PROCESSO Nº 02000.000443/2015-11

INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR

1. ASSUNTO

1.1. Análise Técnica do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 86/2015, convertido no Projeto de Lei nº 2.988/2015.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, D.O.U. de 9/1/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

2.2. Instrução Normativa nº 1, de 15/02/2012, da SRI/Presidência da República - Estabelece normas e procedimentos para o envio de informações e pareceres pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal acerca de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

2.3. Decreto nº 8.834, de 09 de agosto de 2016, que dispõe sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

2.4. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

2.5. Decreto s/n de 05 de junho de 2001 – Dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização do Rio São Francisco, e dá outras providências.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 86/2015 (PL nº 2988/2015), de autoria do Deputado Zé Silva, relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que altera a Lei nº 9.433/1997, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre seus instrumentos.

4. ANÁLISE

4.1. Trata-se de análise técnica da emenda substitutiva ao Projeto de Lei do Senado nº 86/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

4.2. O referido substitutivo, proposto pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao invés de propor alterações pontuais ao PLS 086/2015, propôs alteração na Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (Lei de Recursos Hídricos), propondo a inclusão da revitalização de bacias hidrográficas como um dos instrumentos da lei, não somente para a Bacia Hidrográfica do Rio São

Francisco, mas para todas as bacias hidrográficas do país. A justificativa dada pelo relator da proposta é o grande número de bacias hidrográficas no país em estágio avançado de degradação. Assim, a previsão do instrumento de revitalização de bacias hidrográficas no artigo 5º da Lei 9.433 contemplaria todas as bacias hidrográficas degradadas do país, e não apenas a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

4.3. Adicionalmente, foi proposto por meio do artigo 27-B que “Compete aos órgãos públicos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos identificar as bacias em estado de vulnerabilidade ambiental onde devem ser implantados projetos de revitalização, nos termos do art. 27-A.” Assim, os esses órgãos seriam os responsáveis por identificar as bacias hidrográficas que precisam de projetos de revitalização.

4.4. A presente proposta foi apreciada pelo Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas – DRB/SRHU/MMA, com parecer desfavorável à aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 086/2015, por considerar que o escopo dos Programas de Revitalização de Bacias Hidrográficas são mais abrangentes do que o apresentado na presente proposta, sendo esses programas uma oportunidade de integração entre gestão ambiental e gestão de recursos hídricos, conciliando as diversas agendas e iniciativas nos territórios definidos pelas bacias hidrográficas.

4.5. Além disso, não se faz necessária a inclusão de projetos de revitalização de bacias hidrográficas entre os instrumentos da Lei 9.433, uma vez que compete ao Comitê de Bacia Hidrográfica aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas. Assim, a necessidade de projetos de revitalização e a o grau de intervenção desses projetos irão variar de bacia para bacia, sendo que essa análise deverá ser feita pelo próprio comitê de bacia, o qual possui atuação local e maior conhecimento sobre as especificidades da bacia.

4.6. No caso da Bacia do Rio São Francisco, o Plano de Aplicação Plurianual referente ao período 2013 a 2015 e 2016 a 2018 aplicou recursos para o apoio de atividades relacionadas à recuperação de áreas degradadas, como é o caso do apoio aos CRADs, recomposição de APP e reserva legal, pagamentos por serviços ambientais e apoio ao programa produtor de água.

5. CONCLUSÃO

5.1. Seguindo o parecer do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas – DRB/SRHU/MMA, a Secretaria de Biodiversidade se posiciona desfavorável ao substitutivo proposto pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável uma vez que a necessidade de projetos de revitalização e a o grau de intervenção desses projetos irão variar de bacia para bacia, sendo necessária uma análise específica do Comitê da Bacia Hidrográfica.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Martins Vieira, Coordenador(a) Geral**, em 10/11/2017, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Queiróz Correia, Analista Ambiental**, em 10/11/2017, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, Diretor(a)**, em 10/11/2017, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0094273** e o código CRC **8EA4CB40**.

Referência: Processo nº 02000.000443/2015-11

SEI nº 0094273



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

COTA n. 00826/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.000443/2015-11

INTERESSADOS: SENADO FEDERAL

ASSUNTOS: ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS

1. Remeto os autos ao Apoio Administrativo, a fim de que solicite à ASPAR/MMA a complementação da instrução processual, no sentido de atender à recomendação da SRHQ/MMA, feita na Nota Técnica nº 50530/2017-MMA (Doc. Sei nº 0040256), a fim de que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH seja consultado sobre a presente proposta legislativa.

Brasília, 20 de dezembro de 2017.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000000443201511 e da chave de acesso bea2be7c

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 100071012 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 20-12-2017 17:15. Número de Série: 50336706811246547. Emissor: AC CAIXA PF v2.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
Coordenação-Geral de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos

DESPACHO Nº 1036/2018-MMA

Assunto: Análise do PLS 86/2015 (PL 2988/2015) e Substitutivo pelo CNRH

À Analista Roseli,

conforme sugestões do DRBA e da CONJUR, favor incluir os documentos do presente Processo na pauta da 142ª Reunião da CTIL, marcada para o dia 19/02/2018, para análise e elaboração de Parecer-Técnico Conclusivo a ser analisado na 40ª Reunião Extraordinária do CNRH, marcada para os dias 07 e 08/03/2018.

Sugiro incluir na pauta da CTIL os seguintes documentos: Processo Digitalizado - Volume I (0019956); Parecer CMADS PL 2988/2015 (0021454) - com o Substitutivo; Nota Técnica do DRBA (0040256) - desfavorável ao Substitutivo e recomenda consulta ao CNRH; Nota Técnica SBIO (0094273) - acompanha o posicionamento do DRBA; Cota da CONJUR-MMA (0119043) - também sugere consulta ao CNRH.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Calazans Reis Miranda, Coordenador(a) Geral Substituto(a)**, em 10/01/2018, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0127214** e o código CRC **156103E3**.